

## ANFIP ELEGE NOVOS CONSELHEIROS

A Chapa 2 - Transparência, Ética e Participação foi a vencedora das eleições da ANFIP e seus membros já tomaram posse, no dia 30 de julho.

Minas Gerais tem dois representantes na gestão que se inicia. Confira entrevista com o vice-presidente de Seguridade Social, Décio Bruno Lopes, e Maria Geralda Vitor, eleita com o maior número de votos para o Conselho Fiscal.

Veja também, nesta edição, as mensagens de agradecimento dos outros concorrentes de Minas Gerais - que integraram a Chapa 1 - ANFIP Democrática - Ilva Maria Franca Lauria e Lázaro Idino Bagliano.

EM FOCO, pgs. 4 e 5



Membros do Conselho Executivo da ANFIP eleito. Em detalhe, Maria Geralda Vitor e Décio Bruno Lopes, de MG.



### PEC 443/2009

[28,86%]

Proposta é aprovada, em 1º turno, na Câmara dos Deputados, sem inclusão dos Auditores-Fiscais da RFB, mesmo diante de toda pressão. Entidades estudam novas estratégias de atuação para buscar melhoria para a categoria.

Com o objetivo de elucidar os interessados em suas dúvidas sobre o processo de execução da ação, a ANFIP-MG traz algumas orientações importantes.

COTIDIANO, pg. 3

DEBATE, pg. 8

### EDITORIAL

Proposta de reajuste anual oferecida pelo governo se mostra um tanto quanto paradoxal e a forma plurianual não atende à reposição que de fato deveria acontecer.

OPINIÃO, pg. 2

### LEGISLAÇÃO

A LC nº 150/2015 traz novas regras relativas aos trabalhadores domésticos. Saiba como proceder para cumprir corretamente com as obrigações trabalhistase.

DEBATE, pg. 8



### BINGO!

ANFIP-MG realiza evento em prol do coral Vozes das Gerais, formado por servidores da Receita Federal e do INSS.

Os brindes que os vencedores ganharam foram doados pela representante da ANFIP-MG em Juiz de Fora, Cecília Buzzelli dos Santos.

ACONTECE, pg. 7

## EDITORIAL

## Paradoxos da proposta de reajuste salarial do governo

A revisão geral anual da remuneração e do subsídio, prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, é “a garantia de manutenção do valor da remuneração, e não da correspondente expressão monetária. Descabe confundir “valor” da remuneração com a equivalente “expressão pecuniária”. O acréscimo remuneratório em percentual inferior à inflação do período representa inequívoca diminuição do valor da remuneração, em desacordo com a garantia constitucional.”, conforme ensinamento de Diogo de Figueiredo Moreira Neto, citado pelo ministro do STF, Marco Aurélio Mello (Relator), em seu voto no RE 565.089 SP.

No entanto, o governo federal não reconhece essa justa e lógica interpretação de que a remuneração dos servidores também se reduz em razão dos efeitos perversos da inflação.

Percebe-se que os percentuais propostos - 5,5% em 2016; 5,0% em 2017; 4,8% em 2018; e 4,5% em 2019 -, para composição do reajuste de 21,3%, foram definidos para atender ao parâmetro de que o gasto da folha de pessoal deverá permanecer estável em 4,1% do PIB até 2019. Isso significa que não existe preocupação com as perdas decorrentes dos índices inflacionários.

Um agravante para esse cenário é que ainda foi ignorada a reposição das perdas acumuladas nos últimos anos, que chegam a 27,3%.

Para 2016, a proposta é de 5,5%, mas todos que acompanham o desempenho da economia sabem que o índice da inflação será maior em 2015. Para se ter ideia, até o mês de junho o acumulado é de 8,89%, e o próprio governo já reconhece a estimativa de 8,26% para o ano.

Enquanto isto, o governo cedeu à pressão dos partidos políticos e aprovou o aumento da verba para o Fundo Partidário, de R\$ 289,5 milhões para R\$ 867,5 milhões, e da verba destinada às emendas parlamentares individuais, de R\$ 8,7 bilhões para R\$ 9,7 bilhões. Conclui-se que para algumas demandas não existe falta de recursos.

Com a intenção de sinalizar que está negociando, o governo, em recente reunião, propôs reajustar o auxílio-alimentação e o auxílio-saúde em 22,8% e o auxílio pré-escolar em 317,3%. Mas manteve os 21,3% nos próximos quatro anos.

Convenhamos, os benefícios citados devem sim ser reajustados, mas não se resolve a questão principal, que é a perda do poder aquisitivo dos salários dos servidores.

Diante de tantas contradições, a proposta não pode resistir aos argumentos lógicos e técnicos que devem ser apresentados. E, para reforçar ainda mais o nosso pleito, devemos nos unir, organizar, planejar e preparar ações estratégicas que possibilitem a abertura de canais para uma negociação efetiva, a fim de garantir a justa remuneração de todos os servidores públicos.

## Incremento da proposta com reajuste sobre benefícios

Em negociação com representantes dos servidores públicos federais, realizada no dia 20 de julho, o governo incrementou a proposta de reajuste de 21,3%, apresentada no final de junho e rejeitada pelas entidades.

Na reunião, o secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento (STR/MP), Sérgio Mendonça, propôs reajustar, com base na inflação dos últimos anos, os três principais benefícios sociais dos servidores públicos: auxílios alimentação, saúde e pré-escolar. Os valores entrariam em vigor a partir de janeiro de 2016.

Os índices de aumento alcançariam a ordem de 22,5% para o auxílio-alimentação e o plano de saúde suplementar - considerando a inflação de 2013 e 2014 e a projeção para 2015 - e 317% para o auxílio pré-escolar, levando em consideração o período inflacionário desde 1995.

Em outra reunião com o secretário, realizada no fim do mês de julho, representantes da ANFIP e do Sinaif (Auditores-Fiscais do Trabalho) criticaram, novamente, a proposta de reajuste plurianual e ouviram de Mendonça que pode ser incluída no acordo cláusula de revisão na proposta de reajuste plurianual, para preservar o poder aquisitivo. “Se errarmos na previsão de inflação futura, estamos dispostos a sentar novamente e renegociar o acordo”, disse o secretário.

Apesar da quase totalidade das entidades que representam os servidores do Executivo rejeitar a proposta, Mendonça afirmou que o governo só terá condições de apresentar ou não nova oferta na semana do dia 10 de agosto, quando está previsto o término das reuniões setoriais com as carreiras.

**REJEIÇÃO** O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), do qual a ANFIP ocupa a vice-presidência, havia rejeitado a proposta inicial de reajuste - 21,3%, divididos em parcelas de 5,5% em 2016; 5,0% em 2017; 4,75% em 2018, e 4,5% em 2019, o que manteria o gasto da folha de pessoal estável em 4,1% do PIB até 2019.

Na ocasião, após análise e debate sobre a proposta apresentada por Sérgio Mendonça, as entidades seguiram a sugestão da ANFIP em divulgar nota pública considerando inaceitável a forma plurianual de reajuste e os percentuais que não recompõem o poder aquisitivo dos servidores públicos federais, além de buscar a integração com o Fórum Nacional dos Servidores Federais - que já haviam rejeitado a proposta - para realizarem mobilização conjunta. No dia 1º de julho foi realizado um ato na Câmara dos Deputados.

Com informações da ANFIP.



Órgão Informativo da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em Minas Gerais ANFIP-MG

Fundador: Benedito César

CONSELHO EXECUTIVO

Titulares

Afonso Ligório de Faria  
Presidente

Sineida Ribeiro Sales  
Vice-Presidente

Ana Maria Morais da Silva  
Vice-Presidente de Administração

Décio Bruno Lopes  
Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio

Ilva Maria Franca Lauria  
Vice-Presidente de Políticas de Classe e Cultura Profissional

Carlos Roberto Bispo  
Vice-Presidente de Comunicação e Relações Públicas

Maria Lisboa Macedo  
Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas e Serviços Assistenciais

Bernadette Mourão Duarte  
Vice-Presidente de Esportes e Eventos Sociais

Marcos Barbonaglia da Silva  
Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos

Suplentes

Aureliano Fagundes de Oliveira  
1º Suplente

Maria Teresa Teixeira de Lara  
2º Suplente

Jamir Campos de Cerqueira  
3º Suplente

Nelson Madalena Penitente  
4º Suplente

Albertina Maria Fonseca  
5º Suplente

CONSELHO FISCAL

Titulares

Terezinha de Jesus Franco Gonzaga  
Presidente

Ana Maria Braga  
Coordenadora  
Mara Calábria  
Relatora

Suplentes

Reginaldo Marques Botelho  
1º suplente

Maria Áurea de Castro Coelho  
2º suplente

Rosane Maria Ferreira da Silva  
3º suplente

REPRESENTANTES ANFIP-MG

Wânia de Fátima Paiva Pimentel  
(Belo Horizonte)

Cecília Buzzelli dos Santos  
(Juiz de Fora)

Gabriel da Silva Neto  
(Contagem)

Lázaro Idino Bagliano  
(Coronel Fabriciano e Gov. Valadares)

Luiz Roberto Aguiar  
(Uberaba)

Marcos Barbonaglia da Silva  
(Poços de Caldas)

Maria Inês Pereira Dias  
(Divinópolis)

Maria Regina de Souza  
(Varginha)

Albertina Maria Fonseca  
(Sete Lagoas)

Reginaldo Marques Botelho  
(Montes Claros)

Conselho Editorial

Afonso Ligório de Faria, Carlos Roberto Bispo, Ilva Maria Franca Lauria, Jamir Campos de Cerqueira, Márcio Soares Pereira, Sineida Ribeiro Sales

Jornalista responsável:

Giuliano Peixoto

(Reg. Prof. MG 15069 JP)

Editoração eletrônica:

Giuliano Peixoto

Tragem: 1.500 exemplares

Fale com a ANFIP-MG:

(31) 32013582 | Fax: (31) 3201-4829

Email: anfipmg@terra.com.br

Site: www.anfipmg.org.br

End.: Rua Carijós, 150, 7º Andar,  
Centro, Belo Horizonte-MG

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião do jornal ou da ANFIP-MG.

## NOVOS ASSOCIADOS

**Arlton de Paula Faria** | Ativo-Coronel Fabriciano

**Iris Aparecida de F. Borba Borges** | Ativa-BH

**Maria Margarida R. Vieira** | Pensionista-BH

**Renata de Pinho M. Carvalho** | Ativa-BH

**Sara Dolores Focas Meirelles** | Pensionista-BH

**Silas Rickli Costa** | Ativo-Varginha

A ANFIP-MG agradece os novos associados e se compromete a aprimorar cada vez mais as ações que atendam, de forma efetiva, aos interesses e expectativas de todos em favor do fortalecimento e da união de toda a categoria.

## FALE CONOSCO



www.anfipmg.org.br



anfipmg@anfipmg.org.br



www.facebook.com/anfipmg



(31) 3201-3582

## COMUNICADO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2014

A ANFIP-MG comunica que, em razão de impropriedades verificadas nas demonstrações publicadas em anexo na edição nº 211 do jornal O FISCAL (junho/2014), disponibiliza a versão corrigida na página da entidade, que pode ser acessada pelo link <http://www.anfipmg.org.br/images/pdf/balanco-2014-anfipmg.pdf>. O associado que se interessar, pode solicitar à Secretaria da ANFIP-MG o documento impresso.

## Audidores-Fiscais ficam fora da PEC 443/2009



**A PEC 443/2009 - que vincula a remuneração da AGU ao subsídio de ministro do STF - foi aprovada em 1º turno, na Câmara dos Deputados, sem a inclusão dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. Após aprovarem o texto-base, no dia 6 de agosto, os parlamentares analisaram, no dia 11, o Destaque de Votação em Separado (DVS) nº 7, que previa a inclusão da categoria.**

Mesmo diante da intensa mobilização e trabalho parlamentar, o número de votos não foi suficiente. Como o texto-base foi aprovado com 308 votos favoráveis, o DVS deveria ter, no mínimo, essa quantidade, mas foram contabilizados apenas 269 a favor.

Apesar de o DVS não ter atingido quórum, a mobilização marca o início de um novo processo de conscientização e de participação ativa da classe na luta por melhorias. O trabalho parlamentar está sendo avaliado e as entidades representativas dos Auditores estão estudando novas estratégias.

**PRESSÃO** Em Minas Gerais, houve uma reu-

nião no dia 7 de agosto, no Ministério da Fazenda, para cobrar apoio dos administradores da 6ª Região Fiscal, pela inclusão da categoria na PEC, em que a ANFIP-MG se fez presente.

Com o auditório lotado, foram feitos relatos do trabalho parlamentar realizado durante a semana de votação do texto-base da PEC e, sobretudo, no processo de votação. Eles se mostraram indignados com pronunciamentos emitidos na ocasião, que geraram até uma nota do Ministério da Fazenda em sua defesa. Vários Auditores nararam a humilhação por que passaram em Brasília durante a votação da proposta, provocada tanto por membros da AGU quanto por parlamentares, que chegaram a comparar os Auditores-Fiscais a meros fiscais de trânsito.

Na ocasião, o presidente do Conselho Executivo, Afonso Ligório de Faria, observou que o movimento deve ser de revalorização da Casa e da carreira de Auditoria-Fiscal da RFB, pontuando que a ANFIP-MG defende prerrogativas, melhor remuneração e a dignidade do trabalho da categoria.

**ENTREGA DE CARGOS** Ao longo da reunião, foi disponibilizado um formulário para que os Auditores-Fiscais ocupantes de cargos em comissão pudessem entregá-los. Na ocasião, formou-se uma enorme fila, demonstrando a insatisfação geral da categoria. Entretanto, alguns administradores decidiram não entregá-los, justificando que seriam mais úteis se estivessem na Administração.

## Fim da intervenção na GeapPrevidência



A vice-presidente de Administração da ANFIP-MG e integrante do Conselho Fiscal da Associação Nacional dos Peculistas (Anapec), Ana Maria Morais da Silva, representou as entidades em reunião realizada em Brasília, no dia 8 de julho, com o superintendente da Previc, Carlos de Paula.

Na ocasião, o superintendente ressaltou que o plano de pecúlio facultativo é superavitário e que os motivos da intervenção pelo Estado já foram superados. Em razão disso, o fim da intervenção está sendo estudado de forma que a Geap seja conduzida a uma posição autônoma de gestão.

Entre outros assuntos tratados, ainda foi apresentada a proposta de constituição de um grupo de trabalho para estudar e definir os procedimentos necessários para efetivação da migração da governança.

Também estiveram presentes o diretor de Fiscalização do órgão, Sérgio Djundi Taniguchi; e o coordenador-geral de Regimes Especiais, Dagonmar Anhô; pela ANFIP, a presidente Margarida Lopes de Araújo e o colaborador Flavio Leite; e pela Anapec, Sibebe Monteiro e Lea Pereira.

## Documentos da ANFIP-MG mais seguros



A ANFIP-MG fechou parceria com a empresa TTG - especializada em locação de impressoras e copadoras -, o qual prevê o aluguel de uma moderna impressora industrial para digitalização de toda a documentação da entidade, como cadastro dos associados ativos, aposentados e pensionistas, dos desfiliações e falecidos, além de atas de reuniões, portarias etc. A máquina também serve para a reprodução de cópias de documentos (xerox).

A ação faz parte do projeto de segurança das informações da Associação. Após serem digitalizados, os documentos serão armazenados em nuvem (espaço virtual onde se guardam dados digitais, servidor externo à Associação).

De acordo com o presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Afonso Ligório de Faria, o projeto é muito importante, já que resguarda a documentação da entidade em caso de sinistros em sua sede. "Com os documentos digitalizados e guardados nesse espaço virtual, a segurança dessas preciosas informações estará garantida", observou.

A parceria foi firmada pelo período de um ano e pode ser renovada pelas gestões futuras.

Segundo a gerente da ANFIP-MG, Adriana Polônio Guimarães, os documentos estão sendo preparados para a etapa da digitalização.

# ANFIP elege conselheiros para o biênio 2015/2017



Anderson Oliveira

A Chapa 2 – Transparência, Ética e Participação - que tem como presidente Vilson Antonio Romero (RS) e vice-presidente de Seguridade Social Décio Bruno Lopes (MG) - foi a vencedora das Eleições 2015 da ANFIP, com 62% dos votos válidos (2.173 votos).

O pleito, que aconteceu no dia 8 de julho, foi realizado, pela segunda vez na história da entidade, de forma direta e, pela primeira vez, com a formação de duas chapas. Os integrantes da chapa vencedora comporão o Conselho Executivo da entidade no biênio 2015/2017.

Para o Conselho Fiscal, que contou com candidaturas individuais, Minas Gerais foi bem representada. A associada Maria Geralda Vitor, apoiada pela ANFIP-MG, foi eleita com o maior número de votos válidos entre os que concorreram (2.305). As outras eleitas foram Márcia Irene Cancio Mello Werneck (RJ) e Albenize Gatto Cerqueira (PA), com 1.867 e

1.818 votos, respectivamente.

O processo eleitoral esteve sob a responsabilidade da Comissão Eleitoral Nacional (CEN), integrada por Lucimar Ramos de Lima Ramalho (PB, eleita secretária do colegiado), Luis Carlos Correa Braga (RS), Maria Beatriz Fernandes Branco (SP), Paulo César Andrade Almeida (DF) e Rozinete Bissoli Guerini (ES, eleita coordenadora).

Em Minas, foi conduzido pela Comissão Eleitoral Estadual (CEE), formada pelos associados João Sérgio Nazareth, Mário Toshio Kon e Elizabeth Toshio Kon (membros titulares) e Minervino Oliveira, Maria de Lourdes do Vale e Imaculada Lopes (suplentes), aos quais a ANFIP-MG tem a satisfação de agradecer.

O Conselho Executivo da ANFIP-MG estará integrado às ações de interesse dos associados e deseja muito êxito aos novos dirigentes da ANFIP.



Divulgação ANFIP

## Posse dos Conselhos Executivo e Fiscal



Divulgação ANFIP

Os integrantes dos Conselhos Executivo e Fiscal, que estarão à frente da ANFIP no biênio 2015-2017, tomaram posse no dia 30 de julho, em cerimônia em Brasília.

Estiveram presentes, representando Minas Gerais no evento, o presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Afonso Ligório de Faria, a vice-presidente Executiva, Sineida Ribeiro Sales, a vice-presidente de Política de Classe e Cultura Profissional, Ilva Maria Franca Lauria, o vice-presidente de Comunicação e Relações Públicas, Carlos Roberto Bispo -

também como coordenador do Conselho Fiscal da ANFIP -, Maria Geralda Vitor, eleita para o Conselho Fiscal, a associada Cecília Buzzelli dos Santos - representante da ANFIP-MG em Juiz de Fora -, e o ex-vice-presidente da ANFIP e da ANFIP-MG, José Lamacié Ferreira.

O presidente eleito, Vilson Antonio Romero, destacou que o trabalho coletivo norteará a atuação da entidade no próximo biênio. "Trabalharemos juntos em defesa dos Auditores-Fiscais e por uma melhor e maior ANFIP".

Já a ex-presidente, Margarida Lopes de Araújo, fez um balanço da gestão, destacando que os dois anos à frente da ANFIP foram de trabalho intenso. "Saio de coração leve e orgulhosa por ter sido presidente da entidade."

Além da posse, a cerimônia foi marcada por homenagens. Os conselheiros que se despedem receberam cada um uma placa de reconhecimento aos serviços prestados à ANFIP.

Com informações da ANFIP.

## Representação

Ter pessoas competentes como representantes de Minas Gerais na ANFIP é motivo de muita honra para a ANFIP-MG. E, independente do resultado das eleições, a Associação entende que o estado estaria bem representado de qualquer forma. Para valorizar e exaltar nossos candidatos, a edição de agosto do jornal O Fiscal traz entrevistas com os eleitos e depoimentos sobre as respectivas participações dos demais. Confira.

### Décio Bruno Lopes

Eleito para a Vice-Presidência de Seguridade Social



Giuliano Peixoto

**Encerradas as apurações, qual a sua avaliação sobre as experiências com as eleições diretas na ANFIP?**

Inicialmente, gostaria de agradecer a todos os associados da ANFIP em Minas Gerais e em todo o Brasil por terem participado do processo eleitoral.

Em relação às eleições diretas, desde a sua inserção no Estatuto da ANFIP, eu sempre disse que ela só teria sentido se houvesse mais de uma chapa. Desta vez, penso que o processo eleitoral por eleição direta se consolidou, não tendo mais volta. O resultado da eleição foi uma manifestação da vontade geral, nacional, ou seja, da maioria. Penso que, com essas eleições, a ANFIP está mais fortalecida e seus associados mais conscientes em relação à importância da sua participação nos destinos da entidade.

**A atuação colegiada dos membros do Conselho Executivo impõe responsabilidade sobre todas as ações e temas de interesse dos associados e da sociedade. Considerando as dificuldades que as entidades representativas de classe enfrentam no relacionamento com as autoridades governamentais e na mobilização de seus associados, quais estratégias que o senhor poderá propor para debate na próxima gestão?**

Em primeiro lugar, quando se trata de colegiado, as ações devem ser discutidas por todos os membros e aprovadas pela maioria.

Quanto ao relacionamento com os associados, penso que as entidades devem criar e/ou melhorar seus canais de comunicação para que o associado possa participar com su-

# Representantes de Minas em destaque

gestões propositivas para uma agenda positiva.

Em relação ao relacionamento com as autoridades governamentais, entendo que deverá ser priorizado o estreitamento das relações com os respectivos responsáveis pelo encaminhamento das questões junto aos órgãos mais próximos da Presidência da República e o estreitamento das relações com os parlamentares das duas casas do Congresso Nacional, de forma a garantir a votação de matérias de interesse do associado e da sociedade.

**Na sua opinião, quais são as ações que poderão elevar o debate e a atenção para a melhoria da cobertura da seguridade social?**

A melhoria da cobertura da seguridade social passa, em primeiro lugar, pela conscientização da população e da classe política quanto à real importância desse amplo sistema de proteção social. A ampliação, pelos órgãos de governo e pelas entidades de classe, de programas de educação financeira e previdenciária poderá contribuir de maneira positiva para a disseminação de informações aos cidadãos.

A proposição/realização e participação em seminários e *workshops* junto a entidades da sociedade civil para debater as questões previdenciárias dos servidores e dos cidadãos em geral e a proposição de melhorias na legislação poderão contribuir para a sua melhoria e ampliação.

**Qual a sua mensagem para os associados da ANFIP?**

Dirijo-me a todos os associados para pedir que confiem na sua entidade, participem das suas atividades, apresentem ideias propositivas. A participação de todos e o trabalho coeso dos dirigentes contribuirão para a existência de uma ANFIP melhor, que tem o orgulho de ser a sua entidade representativa. Afinal, o associado é a sua razão de ser.

Muito obrigado pela confiança depositada nos membros do Conselho Executivo que ora se instala.

**Maria Geralda Vitor**  
Eleita para o Conselho Fiscal



Giuliano Peixoto

**Encerradas as apurações, qual a sua avaliação sobre as experiências com as eleições diretas na ANFIP?**

Sob o ponto de vista pessoal e como candidata ao Conselho

Fiscal (CF) é positiva. Sob o ponto de vista da instituição, sinto que iremos encontrar algumas

demandas relacionadas ao aperfeiçoamento do processo, principalmente no que tange ao pré-estabelecimento de regras. Para isso, vamos buscar, nos relatórios dessa eleição, as recomendações para o aprimoramento dos próximos pleitos.

**O Conselho Fiscal compõe a estrutura de gestão da ANFIP e, nesta situação, colabora na implementação de ações positivas para a entidade e associados. Considerando as dificuldades que as entidades representativas de classe enfrentam no relacionamento com as autoridades governamentais e na mobilização de seus associados, quais estratégias a senhora poderá apresentar para debate na próxima gestão?**

Essas dificuldades sempre existiram e continuarão existindo. Isso porque os interesses deveriam ser coincidentes, mas são conflitantes. Nada se consegue de maneira fácil perante o governo. Tudo depende de muita luta e mobilização das categorias.

Há dificuldades para mobilizar a categoria, que está distribuída por todo o território nacional, vivendo um dia a dia diferenciado uns dos outros, em cada Região Fiscal.

Mas, às vezes, chega-se a tal ponto de desvalorização da categoria pelo governo que a UNIDADE em torno de reivindicações passa a ser COMUM E INEVITÁVEL. Quando se chega a esse nível, o governo tem que fazer concessões, atendendo aos pleitos para evitar o confronto maior, com a paralisação total dos serviços.

O caminho para o sucesso dessa mobilização já estamos trilhando: é a PARCERIA e união de forças. Parceria entre todas as entidades que representam os Auditores-Fiscais, sem que cada uma perca sua identidade. Parceria com outras entidades que representem categorias de fisco nacional. Parceria com as categorias representantes de Carreiras Típicas de Estado.

Se o Auditor-Fiscal está associado a uma das instituições parceiras que o representa, praticamente já estará alcançado e disposto a mobilizações em torno de causa justa para a categoria.

A parceria entre as entidades/instituições já é uma realidade em nosso meio e só necessita ser bem alimentada continuamente.

**Qual a sua mensagem para os associados da ANFIP?**

Quero muito agradecer pela confiança que veio através dos votos de todo o país e pedir para que participem efetivamente da ANFIP. Cobrem, demandem tudo o que foi prometido durante a campanha eleitoral, pois foi a razão do seu voto de confiança.

**Ilva Maria Franca Lauria**  
Chapa 1 - ANFIP Democrática



Arquivo pessoal

Quero agradecer pelo apoio e voto. Embora a Chapa 1 – ANFIP Democrática não tenha sido eleita, fomos vencedores em Minas Gerais, com 55% de participação dos associados do estado,

sendo que a Chapa 1 obteve 285 de 533 votos válidos. O resultado me deixou mais animada em continuar participando de nossas lutas, pois senti que os colegas acreditam e apoiam o trabalho que temos tentado executar para melhorar e otimizar nossas entidades.

Agradeço ainda aos colegas da Chapa 1 por termos feito uma campanha respeitosa, sem ofensas aos nossos adversários e aos componentes das Comissões Eleitorais Nacional e Estadual (CEN e CEE). Um agradecimento especial aos funcionários da ANFIP e da ANFIP-MG e a alguns membros dos Conselhos Executivo e Fiscal e de vários representantes da ANFIP-MG, pelo apoio.

Desejo que os colegas da Chapa 2 tenham êxito na gestão da ANFIP no biênio 2015/2017 e que os ANJOS BONS estejam sempre com todos.

**Lázaro Idino Bagliano**  
Chapa 1 - ANFIP Democrática



Arquivo pessoal

Quero agradecer a todos os colegas de Minas Gerais e de todo o Brasil pela confiança depositada na Chapa 1 - ANFIP Democrática, por acreditarem em nossas propostas. Com seu voto, os colegas

exerceram o mais sagrado e sublime direito de escolher seus dirigentes.

Parablenzo também a toda equipe da CEN, membros das mesas apuradoras, das mesas receptoras dos votos, bem como todos os funcionários da ANFIP-MG e de todo o Brasil que brilhantemente trabalharam para a realização desse grande evento.

Parablenzo aos componentes colegas da Chapa 2, que foi a escolhida para dirigir os nossos destinos por esses próximos dois anos. Desejo muito sucesso e realizações na gestão, pois a nossa Associação requer, merece e espera o melhor do seu trabalho. Por fim, parablenzo a ANFIP pela realização do pleito com lisura e transparência

## Associados têm desconto em aulas de pilates e tratamentos estéticos

A ANFIP-MG firmou convênio com o Espaço Vis Pilates, que está localizado no tradicional bairro de Lourdes, oferece serviço de qualidade e conta com excelente infraestrutura (180 m²). São dois ambientes climatizados para a prática de pilates, com os melhores equipamentos disponíveis no mercado e acessórios diversificados. O espaço conta ainda com salas de fisioterapia e de tratamentos estéticos, vestiários e banheiros. Para obter melhores resultados para a saúde do cliente, o Espaço Vis também oferece excelentes aparelhos para a prática aeróbica, que podem ser utilizados em qualquer hora do dia. Entre no site e confira: [www.vispilates.com.br](http://www.vispilates.com.br).

O acordo com o estúdio prevê descontos exclusivos nas mensalidades - não cumulativos e condicionados ao pagamento em dia -, oferecidos aos associados que prezam pela sua saúde e bem-estar. Veja:

• **Pilates** - 10% no valor da mensalidade;  
 • **Avaliação inicial de pilates** - 25%;  
 • **Estética corporal avançada** - 10% na sessão;  
 • **RPG** - 10%.

O associado deve se dirigir diretamente à empresa conveniada para ajustar os termos de sua adesão aos serviços prestados por ela, pelo telefone (31) 3586-1117, whatsapp (31) 7505-7855, ou pelo email [vispilates@vispilates.com.br](mailto:vispilates@vispilates.com.br).

Qualquer dúvida, entre em contato com a ANFIP-MG pelo telefone (31) 3201-3582 ou pelo email [anfipmg@terra.com.br](mailto:anfipmg@terra.com.br).

Espaço Vis Pilates | Rua Gonçalves Dias, 1.922, Lourdes, Belo Horizonte/MG.

CEP: 30.140-092 | Tel: (31) 3586-1117.



## Reajuste Unimed-BH

Os novos valores dos planos de saúde da Unimed-BH oferecidos pela Aliança Administradora em parceria com a ANFIP-MG, começaram a vigorar a partir de 1º agosto.

O índice de reajuste anual foi de 8,65% no valor das mensalidades e coparticipações praticadas até então e 4,11% no valor de produtos opcionais.

A parceria entre a ANFIP-MG e a Aliança proporciona o cuidado que você precisa para manter a saúde com vantagens.

Compare os valores dos planos de saúde da Unimed-BH oferecidos pela Aliança (veja tabela ao lado) com os do seu plano atual.

Faixa Etária	UNIMAX - ESTADUAL		UNIPART - ESTADUAL		UNIFACIL REGIONAL
	ENFERMARIA	APARTAMENTO	ENFERMARIA	APARTAMENTO	ENFERMARIA
00 a 18	147,08	210,55	86,07	130,48	70,22
19 a 23	174,88	250,37	102,35	155,11	83,46
24 a 28	201,10	287,96	117,69	178,38	96,00
29 a 33	231,27	331,15	135,37	205,14	110,39
34 a 38	268,27	384,10	157,02	237,98	128,03
39 a 43	311,21	445,58	182,15	276,04	148,51
44 a 48	361,00	516,88	211,29	320,17	172,29
49 a 53	422,37	604,75	247,20	374,63	201,62
54 a 58	565,97	810,34	331,24	502,02	270,13
59 ou mais	882,34	1.263,36	516,41	782,63	421,15

## ANIVERSARIANTES

### SETEMBRO

José Viana de Oliveira Filho.....	01
Mário Lúcio da Cunha.....	01
Eponina de Quadros Moreira.....	02
Maria Laurita dos Santos.....	03
Otília Gonçalves Ferreira.....	03
Pedro Baliana Neto.....	03
Maria Elvira Oglíario.....	04
Reinaldo Estevão Barros.....	04
Cristina Marques Gontijo.....	05
Edethildes Mendes Pinto.....	05
Paulo Sérgio Lages.....	06
Antônio Malta Vieira.....	07
José Armando Estellai.....	07
Regina Ribeiro da Silva.....	07
Cláudia Cunha de Almeida.....	08
Márcio Soares Pereira.....	08
Sônia Maria Macedo de Rezende.....	08

José Sérgio de Andrade.....	09
Lêda Maria Mascarenhas Rocha.....	09
Raquel Barroca Xavier Rocha.....	10
Andrea Mourão Vorcaro Toledo.....	11
Lamarck Carvalho Reis.....	11
Regina de Souza Moura Guerra.....	11
Sebastião Bolivar Guerra Lage.....	11
Lady Aparecida Machado Coutinho.....	12
Maria de Fátima Vital.....	12
Janete Feler.....	13
Maurilio Carneiro Coura.....	13
Regina Coeli Sisterolli Rogana.....	13
Ana Emília W. Roosevelt Coutinho.....	14
Aureo Gaudêncio.....	14
Cláudio Carneiro Pinto.....	14
Elza Ferraz de Castro.....	14
Nice Coelho de Andrade.....	14
Rosane Maria Ferreira da Silva.....	14
Herbert Monteiro Andrade.....	15

### A ANFIP-MG

deseja muitas felicidades, saúde e paz

a todos os aniversariantes do mês de setembro.

Maria das Graças Santos Timponi.....	15
Maria das Mercês Soares.....	16
Maria Elizabeth de Faria Kindlé.....	16
Márcia Grossi de Mattos.....	17
Sandra Maria Ricaldoni Lima.....	17
Cléa Márcia de Almeida.....	18
Fernando Mota Moura.....	18
Lúcio Perotti Cantudo.....	18
Maria das Graças Miranda Horta.....	18
Teresa Cristina de Faria e Silva.....	18
Maria Eterna Martins de Oliveira.....	19
Atayde José Guimarães.....	20
Maria das Dores Cardoso Rodrigues.....	20
Sylvio de Almeida Gonçalves.....	20
Fernando Hugo Resende Salgado.....	21
Rosane Barros Vianna Santos.....	21
Livia Lara Reis.....	22
Maria Regina Gomes Paletta.....	22
Natividade Irene Cattete de Athayde.....	23

Vinicius Alves da Cruz.....	23
Zelita Vidal de Freitas.....	23
Maria Aparecida Borges Lara.....	24
Beatriz Campos Brasil da Fonseca.....	25
Maria do Céu Alvarenga.....	25
Sérgio Fontes Bessa.....	25
Simone Gomes de Faria.....	25
Claudio Dias Ferreira.....	26
Izabel Coutinho Pereira.....	26
Ailton Pereira Botelho.....	27
Maria Aparecida Machado.....	28
Maria Henriqueta Knüpfer.....	28
Rosângela Nunes Pereira.....	28
Yêda Therezinha Riveres Machado.....	28
Fernando Faria de Siqueira.....	29
Francisco Vianna Furquim Werneck.....	29
Jeane Maria Auxiliadora Coutinho.....	29
Mara Rúbia Figueiredo Cruz.....	29
Heliane Muniz Santos.....	30

## FALECIMENTOS

Antônio Malta Vieira | Aposentado-BH (17/07/2015)

*Desejamos força à família e, ao colega que se foi, que Deus ilumine seu caminho.*



A ANFIP-MG promoveu, no dia 22 de julho, em sua sede, um divertido bingo, cuja renda, obtida pelo ingresso pago pelos participantes, foi destinada ao coral Vozes das Gerais - formado por servidores da Receita Federal e do INSS e, inclusive por vários associados. Cerca de 80 pessoas participaram do evento.

Os diversos brindes que os vencedores de cada rodada ganharam foram oferecidos pela representante da Associação em Juiz de Fora, Cecília Buzzelli dos Santos, que tem sempre

ajudado o coral. É o que atesta um de seus integrantes, o associado Paulo Vicente de Azevedo. Ele fez questão de elogiar a colega e agradecer pelo seu apoio: “É imprescindível que o coral tenha pessoas como a Cecília, além do apoio da ANFIP-MG e de outras entidades”, disse.

O evento foi iniciativa da vice-presidente de Aposentados e Pensionistas e Serviços Assistenciais, Maria Lisboa Macedo. Ela agradeceu a doação dos brindes por Cecília Buzzelli e a presença dos convidados. Durante o bingo foi servido um lanche.



## FESTA DE Aniversariantes MAIO A AGOSTO

A ANFIP-MG realiza, a partir de 18h30 do dia 28 de agosto, a Confraternização dos Aniversariantes dos meses de maio a agosto e a comemoração do Dia dos Pais. O evento acontece no salão do clube Círculo Militar de BH, localizado na Av. Raja Gabaglia, 350, Gutierrez, BH/MG.

O associado mais 01 (um) convidado NÃO PAGAM. A partir do segundo convidado haverá ônus.

Os veículos próprios podem ser estacionados ao longo da Av. Raja Gabaglia, no quarteirão em frente ao clube, ou nas ruas laterais.

Contamos com a presença de todos!

**Festa de Aniversariantes dos meses de maio a agosto**

**Local:** Clube Círculo Militar de Belo Horizonte

**Data:** 28/08

**Hora:** 18h30

## Venha assistir a peça “Nós em Pessoa”, na ANFIP-MG

A ANFIP-MG promove, no dia 26 de agosto, a partir de 17 horas, em sua sede, mais um espetáculo do grupo de teatro Nós, formado por 22 atores da “melhor idade”, inclusive pelo associado Edward Dias e sua esposa Dilahy Dias.

A peça “Nós em Pessoa” é baseada na obra do poeta português Fernando Pessoa e tem como cenário uma tabacaria, com degustação de vinhos, ao som de fados e com inspiradores poemas. O valor do ingresso é R\$ 10,00. Não perca!

**Peça de teatro “Nós em Pessoa”**

**Local:** sede ANFIP-MG

**Data:** 26/08

**Hora:** 17h

**Valor:** R\$ 10,00

## CONFRATERNIZAÇÃO DE FIM DE ANO

**Programe-se!**

A Confraternização de fim de ano acontecerá no dia **11 DE DEZEMBRO**, no Buffet Catarina.

Esta mensagem se aplica apenas aos Auditores Fiscais oriundos da Previdência Social nomeados em período anterior a 1993.

Se você foi nomeado antes de 1993 e possui ação de execução relativa aos 28,86% individual, na ANFIP, no SINDIFISCO NACIONAL ou em outra entidade, terá que optar por uma das ações, para evitar a LITISPENDENCIA e uma possível condenação por LITIGANCIA DE MÁ-FÉ.

Faça contato com a ANFIP NACIONAL pelo telefone 0800 7016167 e com o SINDIFISCO NACIONAL (61) 3218-5200, para conhecer detalhes sobre suas ações relativas aos 28,86% e decida em qual delas quer permanecer.

Após decidir a ação em que deseja dar continuidade à execução, deverá solicitar, junto à entidade patrocinadora da ação objeto da desistência, o impresso "TERMO DE DESISTÊNCIA", preenchê-lo, reconhecer firma em cartório e encaminhar por carta registrada à mencionada entidade.

O que não pode acontecer é a falta de sua decisão. Conforme já foi dito, a participação em mais de uma ação de execução poderá ocasionar a condenação do(a) colega a pagamento de valores expressivos.

## 28,86% Orientações ANFIP-MG

A publicação da Súmula Vinculante nº 51, do Supremo Tribunal Federal (STF), encerrou a discussão quanto ao mérito das ações judiciais estendendo o reajuste dos 28,86% concedido aos militares na década de 90 aos servidores civis do Poder Executivo, observadas as eventuais compensações decorrentes dos reajustes diferenciados concedidos pelos mesmos diplomas legais.

Superada a fase processual da sentença quanto ao mérito, deverá ser iniciada a execução da sentença que trata do valor a ser pago. Neste momento, o servidor que possuir várias ações pleiteando os percentuais, seja individual ou patrocinadas por diversas entidades, terá que decidir em qual ação judicial prosseguirá com a execução da sentença, para evitar que seu nome conste de mais de um título executivo e a União possa apontar a litispendência.

A LITISPENDENCIA, geralmente, é identificada na fase de execução, quando é analisada a situação individual de cada beneficiário. Assim, se um Auditor-Fiscal conferir autorização para mais de uma entidade ou advogado para ajuizar execução sobre o mesmo objeto, incorrerá em LITISPENDENCIA e se sujeitará às consequências e penalidades previstas em lei (como a exclusão arbitrária de ações judiciais ou pagamento de multas, dentre outras).

Decidir em qual processo de execução deverá continuar é uma decisão PESSOAL e FORMAL, que somente o servidor deve assumir. A análise envolve informações pessoais que não podem ser tratadas de forma coletiva, pois cada situação é única. Portanto, as entidades não poderão decidir pelo servidor, mas deverão fornecer todas as informações que permitam conhecer as situações dos processos.

Num primeiro momento, o servidor deverá conhecer informações sobre os processos dos quais participa, entre elas: VALOR TOTAL DA EXECUÇÃO e a DATA em que foram efetuados os cálculos, se já foram definidos os VALORES DA PARCELA INCONTROVERSA e daquela que continuará sendo discutida e, em caso positivo, os respectivos valores e a data da última movimentação do processo. Com estas informações dos diferentes processos nos quais consta o Auditor-Fiscal, poderá comparar e decidir pela ação que, na sua avaliação, atende às suas aspirações.

## Regulamentação da Lei das Domésticas, mais dignidade

A publicação da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, encerra longa espera pela regulamentação dos direitos dos trabalhadores domésticos, incluídos na PEC 72, de 2013.

Com as novas regras, os empregados domésticos tiveram vários direitos ampliados, em

para a alteração do prazo e da forma: a partir de novembro, todos os recolhimentos passarão a ser feitos por meio do Simples Doméstico, a ser implantado no Portal eSocial ([www.esocial.gov.br](http://www.esocial.gov.br)).

**PRAZO** Com o objetivo de unificar o prazo de recolhimento da

















contribuição previdenciária e do IRPF com o do FGTS, foi fixado que ele deverá ser efetuado até o dia 7 dos meses de julho a outubro, respectivamente. Nesse caso, até começar a funcionar o Simples Doméstico, deverão ser utilizados os recursos atuais:

1. Para quitação das contribuições previdenciárias, deverá ser utilizada a GPS disponível no endereço [www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br)

2. Para quitação do FGTS pelos empregadores domésticos que haviam optado por recolher antes da obrigatoriedade o FGTS de seus empregados, é necessário acessar o site do eSocial, clicar o botão "Guia FGTS" e selecionar o tipo de guia que deseja emitir (mensal ou rescisória), conforme o caso.

A partir de novembro (competência outubro), o empregador deverá recolher em um único documento as contribuições previdenciárias, o IRPF e o FGTS, que passa a ser obrigatório com a implantação do Simples Doméstico.

Assim que estiver disponível o módulo do Simples Doméstico no eSocial, a ANFIP-MG divulgará um passo a passo esclarecendo como deve acontecer todo esse processo na plataforma.

- Guiliano Favoto
-  **Garantia de salário mínimo para quem recebe remuneração variável**
  -  **Proteção do salário, sendo crime retenção dolosa de pagamento**
  -  **Jornada de trabalho de oito horas diárias e 44 semanais**
  -  **Hora-extra**
  -  **Observância de normas de higiene, saúde e segurança no trabalho**
  -  **Recolhimentos dos acordos e convenções coletivas**
  -  **Proibição de discriminação de salário de função e de critério de admissão**
  -  **Proibição de discriminação em relação à pessoa com deficiência**
  -  **Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 16 anos**
  -  **Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário**
  -  **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) obrigatório**
  -  **Salário-família**
  -  **Adicional noturno**
  -  **Seguro contra acidente de trabalho**
  -  **Auxílio-creche e pré-escola para filhos e dependentes até 5 anos de idade**
  -  **Indenização em demissões sem justa causa**

comparação com os que já eram aplicados aos trabalhadores urbanos e rurais, conforme texto constitucional (**veja no box**).

Diante do novo cenário, os empregadores também terão suas obrigações alteradas, para garantir o cumprimento das novas regras. Por exemplo, aqueles que não depositavam o FGTS de seus empregados domésticos (antes era facultativo), agora terão que fazê-lo, obrigatoriamente. Os que já depositavam, devem se atentar